

PAN-AMERICANISMO ECONÔMICO

JOSÉ GARRIDO TORRES

Consolidado nos quadros da OEA o sistema interamericano de segurança e defesa, procura-se dar ênfase, agora, ao aspecto econômico nas relações de amizade e cooperação entre as nações do hemisfério. A criação do mercado comum latino-americano, defendida neste artigo, atende aos objetivos dessa nova política de solidariedade continental a que visa a chamada Operação Pan-Americana. Será um dos caminhos para a superação do baixo nível de desenvolvimento da América Latina, dentro do moderno conceito dos grandes espaços econômicos integrados.

CONDIÇÕES gerais de prosperidade e bem-estar em nosso Continente permanecem um sonho, e dificilmente poderão ser outra coisa, enquanto formos incapazes de formular e aplicar uma nova política que implemente o Pan-Americanismo econômico. Não há dúvida que o Pan-Americanismo é um estilo de vida internacional já firmado. Sob o ponto de vista político e jurídico, constitui hoje um sistema que é uma lição para o resto do mundo. Mas, infelizmente, falta-lhe conteúdo econômico. A enorme discrepância existente entre os níveis de desenvolvimento e padrões de vida da América anglo-saxônica e da América Latina encerra uma grande fraqueza. Para consolidar o sistema, devemos fazer um es-

fôço realmente honesto, a fim de encontrar uma fórmula orgânica que remova da maneira mais rápida possível aquela disparidade.

Há muito estou convencido de que a divisão do trabalho, como o mundo a conheceu até o primeiro grande conflito do século, desapareceu para sempre. A guerra desorganizou a economia universal e desencadeou um processo que produziu profundas e crescentes mudanças na estrutura do comércio internacional, transformando o padrão anteriormente existente, da troca de produtos manufaturados de umas poucas nações industrializadas por matérias-primas e alimentos procedentes do resto do globo. Deflagrada nessas áreas, a industrialização tornou-se quase uma religião, tanto pelo seu significado quanto pelas implicações de ordem social e política. É, fundamentalmente, um fato sociológico que ilustra o processo de ocidentalização e que ora se manifesta no fenômeno do nacionalismo, da auto-afirmação das comunidades nacionais por se realizarem.

Da mesma forma que outros, os países latino-americanos tornaram-se conscientes de sua sujeição aos caprichos do comércio internacional, que tende a tornar sua posição relativa crescentemente difícil, em decorrência de uma perigosa dependência de algumas matérias-primas e alimentos cujos preços são caracteristicamente instáveis. Compreenderam que se situavam na periferia da economia mundial: não provocavam prosperidade nem depressões; beneficiavam-se das primeiras e sofriam com as últimas, em ambos os casos por mero efeito reflexo.

Muitos daqueles países realizaram esforço acentuado para a industrialização; mas ainda estão longe de se libertarem de sua tradicional dependência. Com efeito, as posições de seus balanços de pagamento refletem essa situação, como muito bem ficou demonstrado na recente reunião do Fundo Monetário Internacional e Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, realizada em Nova Delhi. A instabilidade dos preços internacionais dos produtos primários tornou-se-lhes preocupação absorvente, somente comparável com o temor de desemprego em nações industrializadas. Esta preocupação, conjugada com a impossibilidade de se chegar, até hoje, a

esquemas razoáveis de estabilização de preços com os centros consumidores, explica porque se inclinam pelo recurso aos artifícios de valorizações duvidosas, no empenho de assegurar o necessário poder de compra, tanto para as suas importações correntes, como para aquelas destinadas aos seus programas de desenvolvimento. Sua inabilidade em conseguir adequado financiamento estrangeiro, público e privado, bem como investimentos, milita no mesmo sentido. Além disso, uma profunda crença agravou sua posição, no seu próprio modo de entender: a de que, a longo prazo, suas relações de troca tendem a ser mais desfavoráveis do que as dos países que exportam bens industriais.

Os relatórios do GATT demonstram que, se o comércio mundial se está expandindo significativamente, isto se deve ao aumento de intercâmbio entre as áreas industrializadas, e não entre estas e as produtoras de bens primários — o que, aliás, serve para ilustrar que a industrialização expande o comércio internacional, em vez de reduzi-lo. A produção de sintéticos vem contribuindo preponderantemente para isto, visto como a sua taxa de crescimento tem sido superior à taxa geral da produção de manufaturados.

A tendência para a ampliação do hiato entre as áreas industrializadas e não-industrializadas foi ainda recentemente confirmada por pesquisas feitas nos Estados Unidos e alhures. Se aceitarmos seus dados como válidos e os projetarmos para o futuro, o resultado será altamente inquietante para as áreas não-industrializadas. Em índices de renda "per capita" em dólares, enquanto os países industrializados aumentariam de US\$ 1.159, em 1956, para US\$ 2.351, em 1976, e nos países comunistas essa renda se elevaria de US\$ 312 para US\$ 597, nos países subdesenvolvidos a relação seria, apenas, de US\$ 118 para US\$ 152. O quadro é sombrio e dispensa maiores comentários.

Comparando-se apenas as áreas industrializadas e de produção primária, verifica-se que, enquanto a renda "per capita" crescerá, nestas, de 28,9 % em 20 anos, nas primeiras a taxa de crescimento prevista seria de 103,8 % ! Em termos relativos, o padrão de vida dos países subdesenvolvidos tenderá a afastar-se cada vez mais daqueles prevale-

centes nos países desenvolvidos. Enquanto a relativa dependência dos países industriais decresce em relação aos não-industrializados, o inverso tenderá a ocorrer com os últimos.

Isto é perspectiva das mais desencorajadoras e plena de significado, com relação ao que o futuro reserva à humanidade. Não é possível conceber, num mundo cada vez menor geográficamente, e mais interdependente, que isto possa acontecer sem sérias conseqüências.

A América Latina tinha, em 1955, 175 milhões de habitantes. Estima-se que terá mais 100 milhões em 1975. A parcela de população ativa aumentada somará 38 milhões. Se as tendências verificadas nos últimos 20 anos continuarem, poderá a região ocupar na agricultura 5 milhões de pessoas. Todavia, êsse número será provavelmente inferior, se a modernização dos seus processos de trabalho fôr acelerada. Que será do futuro dos 33 milhões remanescentes? As economias dos países latino-americanos devem ser dinamizadas, se queremos evitar níveis mais acentuados de pobreza e maior inquietação e se desejamos que a América Latina se democratize, especialmente em face dos efeitos da propaganda política, que salienta o desenvolvimento rápido atribuído aos países comunistas. Não há alternativa para o progresso econômico na era em que vivemos.

Alguns países latino-americanos já realizaram muito, no sentido de industrializar-se (concebendo-se o processo não apenas como um fenômeno manufatureiro, mas de produtividade crescente em tôdas as atividades, através de modernos métodos de produção). Contudo, estão compreendendo rapidamente que o objetivo será prejudicado se as suas indústrias continuarem confinadas aos respectivos mercados nacionais. Ao contrário do que muitos acreditam, a América Latina é basicamente complementar quanto aos seus recursos naturais, e a industrialização tende a acentuar cada vez mais êsse fato.

Em relatório que preparei, com o colega argentino EUZÉBIO CAMPOS, foram recomendadas duas linhas de ação ao Comitê de Comércio da CEPAL. A primeira, limitada em seu objetivo, visava a encorajar a transferibilidade dos saldos

entre certos países que comerciam em moeda inconvertível, através de acordos bilaterais de comércio e pagamento.

A segunda indicava a necessidade da adoção multilateral de políticas conducentes à integração de um mercado regional latino-americano como objetivo final. Essa idéia foi proposta em agosto de 1956 e fez muito maior progresso do que julguei possível, à época de sua apresentação. Não se trata de um plano fantasioso, mas sim de um programa de ação de longo alcance, a ser pôsto em prática com realismo e de forma pragmática. Visa a promover a estabilidade desejada para a necessária prosperidade, a uma taxa que não se poderia conseguir por outra forma. A concepção fundamental é de criar uma área comercial dentro da qual se teria, eventualmente, o livre comércio de bens e serviços resultante de melhor utilização dos recursos naturais, humanos e de capital, a fim de assegurar o mais alto padrão de vida comensurável com tais recursos. É um esquema para obter, antes de mais nada, que os latino-americanos se auxiliem a si mesmos. Não se caracteriza pelo exclusivismo, permanecendo aberto à participação extra-regional. Na realidade, deverá recebê-la com satisfação e oferecer maiores atrativos ao capital, técnica e mão-de-obra oriundos de fora da área. O resultado final só pode ser uma integração mais rápida e maior contribuição à expansão do comércio com o resto do mundo.

A filosofia do mercado regional latino-americano nada tem de revolucionária. Representa o conceito da divisão internacional do trabalho aplicado a um quadro regional. O que tem de revolucionária é a vontade de realizá-lo, que parece estar tomando forma, como se pode verificar pela declaração conjunta assinada no Rio de Janeiro e dirigida ao GATT, sôbre a necessidade da aplicação temporária de uma preferência regional tarifária. Representa também o reconhecimento de que estamos no limiar de uma nova ordem econômica mundial. Uma ordem fundada em grandes espaços econômicos integrados, determinada, de um lado, pelas chamadas economias de escala, características da indústria moderna, e, de outro, pela crescente exigência popular de níveis mais altos de bem-estar social. Não creio excessivamente

audacioso afirmar que o regionalismo econômico é um estágio intermédio à futura integração mundial.

Seis são os princípios primordiais que deverão guiar a formação do mercado regional latino-americano. Os primeiros três deverão estabelecer as condições políticas para a participação dos países da área, sobre bases essencialmente democráticas, respeitando-se a decisão soberana de cada um, com o objetivo de organizar um sistema econômico plurinacional animado pelo espírito de solidariedade. São êles: *igual oportunidade, voluntariedade e não-exclusividade*.

Tais princípios deverão ser complementados pelos outros três de natureza econômica, imanentes ao conceito de mercado comum: *produtividade, concorrência e especialização*. Tais princípios deverão ter aplicação crescente e gradual. Sua observância é indispensável ao sistema, dada a função decisiva que exercerão para assegurar condições de plena economicidade.

Em combinação com os três primeiros, a implementação desses princípios deverá evitar o aparecimento de relações de predominância econômica derivadas de pressões políticas ou devidas à precedência histórica industrial. Se se dá ênfase à produtividade e se assegura a livre concorrência, a especialização gradual da produção se desenvolverá. Nesse regime, o mais completo comércio livre pode verificar-se eventualmente, com vantagem para tôdas as comunidades participantes.

A industrialização, amplamente concebida, será a grande força impulsionadora do mercado regional latino-americano, pois exigirá tal área para produzir seus melhores resultados. Um caso em evidência é o das indústrias básicas que, ou não existem, ou podem ser consideradas em seu estágio inicial. Algumas ainda não foram criadas porque os mercados nacionais não são de dimensões satisfatórias; outras não têm condições inteiramente competitivas pelas mesmas razões. Um grande mercado comum poderia interessar não somente aos investidores latino-americanos de uma país específico, ou em combinação com elementos de outros países da região, mas ainda àqueles alheios à área, que também poderiam associar-se com o capital local.

Todavia, não somente a indústria se beneficiaria de um mercado regional. A produção de matérias-primas e alimentos ganharia maior estabilidade com a absorção local em maior escala. Esse processo teria a dupla vantagem de tornar a complementariedade latente mais real entre os países dêle participantes, bem como evitar novas repercussões adversas sobre suas relações de troca no futuro, em decorrência da crescente produção de sintéticos nos grandes centros industriais e da integração euro-africana. Esta última causa grande preocupação, mercê de sua provável capacidade competitiva, à base de trabalho barato e de uma área preferencial ampliada, que pode promover distorções de investimento e de comércio em virtude de considerações políticas. Parece impossível evitar-se tal conseqüência se cada um dos países latino-americanos mantiver uma política de desenvolvimento isolada.

Merece particular referência a contribuição que o mercado regional latino-americano dará à expansão do comércio mundial. É evidente que o aumento geral da renda aumentará o valor de suas importações do resto do mundo. Por outro lado, o mercado regional propiciará condições competitivas para as mercadorias manufaturadas latino-americanas nos mercados mundiais.

Outro aspecto a ser salientado são as oportunidades oferecidas aos investimentos provenientes de outras regiões. O afluxo de capital e técnica estrangeiros (seja de origem pública, seja de ordem privada) será decisivo para o sucesso do projeto, visto que muito poderá influir sobre a taxa de desenvolvimento. Representa ainda um suplemento à capacidade de importação da área. Como se espera que os fundos europeus para investimento no exterior sejam, em grande parte, aplicados na África, é provável que as maiores somas de capital investidas, para se valerem das vantagens das novas possibilidades assim criadas nesta parte do mundo, provenham dos Estados Unidos. É interessante mencionar que, excluindo o petróleo, parece que uma correlação já se verificou entre o tamanho do mercado e a soma dos investimentos americanos aplicados na industrialização da América Latina. O Brasil, a Argentina e o México contam com cerca de 90 %,

enquanto os outros 17 países restantes registram o saldo de 10 %.

Apoiar a idéia do mercado regional latino-americano, ainda que não seja, desde logo, parte integrante do mesmo, parece-me altamente desejável, tanto para os Estados Unidos como para a América Latina. Contribuindo com uma parte adequada de seu capital público e privado e *know-how*, e abrindo os seus mercados às exportações latino-americanas, estarão os Estados Unidos colaborando da maneira mais efetiva para que seja eliminada a presente desigualdade entre os mais elevados e os mais ínfimos padrões de vida, e fortalecida a unidade do hemisfério. Esta deveria constituir a moderna concepção do Pan-Americanismo econômico, e é lógico que assim ocorra.